No dia 21 de outubro de 2026, às 9h, no primeiro horário da programação do 47º Congresso Brasileiro de Previdência Complementar (CBPP), tivemos a alegria de apresentar três materiais de grande importância e utilidade para o setor de previdência complementar: o Guia de Melhores Práticas em Diversidade, Equidade e Inclusão para as EFPC, o Manual para Elaboração de Relatório Anual e de Sustentabilidade e a nova Política de Sustentabilidade da Abrapp.

Abrimos o Congresso com chave de ouro! Digo isso com a satisfação de quem acompanhou uma construção coletiva que reuniu conhecimento técnico, experiências, dedicação e um compromisso muito claro: oferecer às entidades referências que ajudem a transformar diretrizes em práticas e compromissos em resultados.

As três publicações chegam em um momento especialmente relevante, à luz dos avanços promovidos pela Resolução PREVIC nº 26/2025 e pela recente Portaria PREVIC nº 728/2026. Cada uma, em seu campo de atuação, contribui para fortalecer a integração da sustentabilidade à estratégia, à governança, à gestão de pessoas, aos investimentos e à prestação de contas.

Para quem trabalha com previdência complementar, essa integração tem um significado concreto: cuidar das decisões de hoje com responsabilidade sobre a vida das pessoas e os compromissos de amanhã.

Guia DEI: caminhos para transformar compromisso em prática

O Guia de Melhores Práticas em Diversidade, Equidade e Inclusão para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar amplia e atualiza o trabalho iniciado com o Guia de Equidade de Gênero e Raça, publicado em 2018. A nova edição reconhece diferentes dimensões da diversidade e aproxima essa agenda das decisões e dos processos que sustentam a atuação das entidades.

Sua construção reuniu o Fórum de Equidade e Diversidade das EFPC, o Comitê Técnico de Sustentabilidade da Abrapp e o Ministério da Previdência Social (MPS), que participou tanto da construção da pesquisa quanto da elaboração do Guia. Essa colaboração fortalece a articulação institucional em favor de uma previdência complementar mais inclusiva e equitativa.

Um dos diferenciais do material é sua conexão com a realidade das organizações. Sua elaboração foi apoiada em pesquisa realizada em setembro de 2026, com 46 organizações respondentes, cujos resultados ajudam a identificar práticas, desafios e oportunidades de aprimoramento. É importante preservar o alcance desses dados: eles retratam a amostra participante e não devem ser generalizados para todo o setor.

Entre as respondentes, 30 declararam possuir DEI formalmente prevista em estratégia, política, norma, plano de ação ou programa institucional. Dessas, 90% se encontravam nos estágios inicial ou intermediário de maturidade. Esse resultado reforça a importância de oferecer orientação para dar continuidade e consistência aos compromissos assumidos.

Organizado em dez eixos, o Guia aborda governança, estratégia e gestão de riscos; maturidade institucional; cultura organizacional; gestão de pessoas; diversidade e acessibilidade; monitoramento, indicadores e resultados; desafios e perspectivas; cadeia de valor e relacionamento com públicos; transparência; e boas práticas inovadoras.

A proposta é especialmente útil porque apresenta caminhos graduais: “Para começar → Para estruturar → Para avançar”. Cada entidade pode reconhecer seu estágio, identificar prioridades e definir os próximos passos de acordo com sua estrutura e capacidade de execução.

O material reúne orientações para planos de ação, definição de responsabilidades, organização de

comitês ou grupos de trabalho, escolha de indicadores, revisão de processos de gestão de pessoas e ampliação da acessibilidade. Também conecta DEI à comunicação com participantes e assistidos e ao relacionamento com fornecedores e parceiros.

No campo normativo, destaca a recomendação de adoção de programas de DEI para as EFPC dos segmentos S1 e S2, prevista no art. 13-A da Resolução PREVIC nº 23/2023, incluído pela Resolução PREVIC nº 26/2025, além das referências da Lei nº 14.611/2023 e da NR-1.

Para mim, uma contribuição essencial do Guia é mostrar que avançar exige compromisso institucional e continuidade. Estruturas enxutas também podem desenvolver práticas relevantes, com prioridades claras, responsabilidades definidas e acompanhamento. A agenda ganha força quando passa a integrar a maneira como a entidade decide, trabalha e se relaciona.

Manual RAS: informação que fortalece a gestão e a confiança

O Manual para Elaboração de Relatório Anual e de Sustentabilidade representa a evolução do Guia publicado pela Abrapp em 2019. A ampliação e o aprofundamento do conteúdo resultaram em um instrumento mais completo para apoiar as entidades na organização de informações e na qualificação de sua prestação de contas.

Seu conteúdo reúne fundamentos da sustentabilidade na previdência complementar, referências regulatórias, orientações sobre materialidade e dupla materialidade, estrutura de relato, indicadores e experiências do próprio setor.

A dupla materialidade ajuda a compreender duas perspectivas complementares: como os temas de sustentabilidade podem afetar financeiramente a entidade e seus investimentos e como suas atividades e investimentos podem produzir impactos sobre as pessoas, a sociedade e o meio ambiente. Essa leitura contribui para selecionar informações relevantes e conectar o relatório às prioridades de gestão.

O Manual também oferece recursos operacionais, como matriz orientativa de indicadores, fichas técnicas, lista de verificação e roteiro para elaboração do relatório, considerando diferenças de porte e maturidade. Apresenta, ainda, casos da Previ, da Real Grandeza e da Vivest, que permitem conhecer experiências e extrair aprendizados adaptáveis a outras realidades.

Outro aspecto importante é o tratamento dos investimentos como eixo estratégico do relato. Ao incorporar a Portaria PREVIC nº 728/2026, o material aproxima a avaliação de riscos ASG, as análises de relevância e materialidade, o Plano ASG e as evidências que sustentam a prestação de contas.

Essa conexão exige clareza: o relato institucional mais amplo e a Divulgação de Impactos ASG prevista na Portaria possuem escopos próprios, que precisam ser compreendidos e articulados.

Na prática, o Manual ajuda as equipes a organizar responsabilidades, fontes de dados, critérios e processos de validação. Sua utilidade alcança diversas áreas e instâncias de governança, pois a qualidade de um relatório depende da qualidade das informações e da gestão que o sustenta.

Ao longo da minha trajetória, aprendi que a transparência fortalece vínculos quando permite às pessoas compreender as decisões, os resultados, os desafios e os caminhos de aprimoramento. Um bom relatório contribui justamente para essa relação de confiança.

Política de Sustentabilidade: direção para decisões coerentes

A nova Política de Sustentabilidade da Abrapp atualiza a versão de 2019 e fortalece a conexão do tema com estratégia, governança, gestão de riscos e geração de valor no longo prazo.

Entre os temas contemplados estão investimento responsável e dever fiduciário, riscos e

oportunidades climáticas, direitos humanos, diversidade, equidade e inclusão, integridade, gestão de pessoas, educação financeira e previdenciária, materialidade, comunicação e transparência. A Política também amplia o olhar para fornecedores e cadeia de valor.

Sua relevância para as entidades está em oferecer direção e coerência à incorporação desses temas. Como referência institucional, pode apoiar a reflexão sobre políticas próprias e sobre a conexão entre compromissos, processos decisórios e práticas cotidianas.

Entendo que essa é uma contribuição decisiva: fomentar uma visão de sustentabilidade que atravesse as áreas e alcance os espaços em que as escolhas são feitas. Isso envolve capacitação, diálogo, responsabilidades e acompanhamento pela governança.

Para organizações que administram compromissos previdenciários de longo prazo, essa visão ajuda a preservar a coerência entre propósito, gestão e proteção dos interesses de participantes e assistidos.

Três materiais que ganham força quando utilizados em conjunto

A complementaridade das publicações é um de seus maiores valores. A Política oferece princípios e diretrizes; o Guia DEI aprofunda caminhos para a implementação de uma dimensão social essencial; e o Manual apoia a organização de indicadores, informações e prestação de contas.

Esse conjunto dialoga com um ambiente regulatório que exige maior consistência na integração dos fatores ASG. A Portaria PREVIC nº 728/2026, por exemplo, detalha parâmetros para avaliação e monitoramento desses riscos nos investimentos, incluindo o Plano ASG, as análises de relevância e materialidade e a transparência sobre os resultados.

As publicações oferecem apoio para essa jornada, respeitando seus diferentes escopos e a realidade de cada entidade. Sua utilização pode favorecer diagnósticos, revisão de processos, capacitação de equipes e colegiados e definição de prioridades.

Tenho muito orgulho do trabalho desenvolvido pelo Comitê Técnico de Sustentabilidade e pelo Fórum de Equidade e Diversidade das EFPC, com seus grupos de trabalho, da participação do Ministério da Previdência Social na pesquisa e no Guia DEI e da dedicação de todas as pessoas que contribuíram para essas entregas. Há muita experiência compartilhada e compromisso em cada página.

Agora, o convite é para que esse conhecimento circule e seja utilizado. Que os materiais cheguem às diretorias, aos conselhos, às equipes técnicas e aos profissionais que podem transformar suas orientações em avanços concretos.

As três publicações já estão disponíveis para consulta na Biblioteca Digital da Abrapp.

Abrimos o Congresso com chave de ouro. Que essa entrega encontre continuidade no cotidiano das entidades, fortalecendo uma previdência complementar cada vez mais sustentável, inclusiva, transparente e comprometida com as pessoas.

É por elas, afinal, que construímos o futuro todos os dias.

**Coordenadora do Comitê Nacional de Sustentabilidade da Abrapp e do Fórum de Equidade e Diversidade das EFPC*.

Fonte: Abrapp em Foco, em 03.11.2026.